

09 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

Planalto aposta em até 60 votos para tornar Dilma ré

Nesta terça (9), Senado discute continuidade
de processo de impeachment

**Oposição liderada pelo
PT quer adiar sessão e
evoca suposta doação
ilegal de Odebrecht
aos peemedebistas**

**VALDO CRUZ
MARIANA HAUBERT**
DE BRASÍLIA

A equipe do presidente interino, Michel Temer (PMDB), trabalha para obter até 60 votos favoráveis à continuidade do processo de impeachment da presidente afastada, Dilma Rousseff (PT), na votação prévia do julgamento, chamada pronúncia do réu, que começa nesta terça-feira (9).

Aliados de Temer querem garantir ampla margem de segurança para o peemedebista nesta votação, na qual é necessário apoio de ao menos 41 dos 81 senadores — nesta fase os parlamentares decidem se a petista se torna ré de fato.

No julgamento final, que deve começar por volta do dia 25 de agosto, é preciso 54 votos para que Dilma seja afastada definitivamente. Na fase de admissibilidade do processo, o placar registrou 55 votos contra Dilma e 22 a favor.

Segundo a **Folha** apurou, o Planalto espera contar com os votos dos senadores João Alberto (PMDB-MA), que foi

contra a abertura do processo no Senado em maio, Jader Barbalho (PMDB-PA) e Eduardo Braga (PMDB-AM), que não votaram da primeira vez, e do suplente do ex-senador (Dalcídio do Amaral (ex-PT-MS), Pedro Chaves (PSC-MS), que ainda não havia tomado posse na primeira votação.

O governo Temer acredita ainda que poderá ter o voto do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), que sinalizou que pode votar nesta fase. Por mais de uma vez, Renan afirmou que não votaria em nenhuma fase do processo para se preservar enquanto presidente do Congresso. Ele, porém, tem se aproximado de Temer.

A expectativa do Planalto é que a oposição não ultrapasse 18 votos. No Senado, porém, defensores de Dilma estimam que podem ter 22 votos, ainda assim, insuficientes para derrubar o processo.

A sessão desta terça está marcada para às 9h e a previsão é que dure mais de 20 horas. Os senadores votarão o parecer do relator do processo, Antonio Anastasia (PSDB-MG), favorável ao afastamento definitivo de Dilma.

É a segunda fase do processo de impeachment, chamada de “juízo de pronúncia”,

quando se declara que há elementos de prova contra a denunciada e que deve haver o julgamento final. O comando da sessão desta terça ficará a cargo do presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski.

O início da sessão deverá ser marcado por intensa discussão entre base e oposição, já que os aliados de Dilma prometem apresentar ao menos dez questionamentos, sendo um deles para adiar a sessão.

O argumento é que seria um contrassenso Dilma ser julgada no momento em que seu substituto é acusado de ter pedido “apoio financeiro” para o PMDB à Odebrecht, que teria repassado R\$ 10 milhões em dinheiro vivo a integrantes do partido em 2014.

A informação foi publicada pela revista “Veja” neste sábado (6). O Planalto admite que Temer se encontrou com Marcelo Odebrecht naquele ano, mas nega pedido de qualquer doação ilegal.

CONTINUA

09 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

“Nós temos uma presidente julgada que poderá perder o seu mandato por ter editado três decretos de suplementação orçamentária e ter praticado o que eles chamam de pedaladas fiscais, enquanto o interino é acusado de propinas e caixa dois em valores tão elevados”, disse o líder do PT, Humberto Costa (PE).

Líderes da base governista reagiram. “O que os petistas desejam é embaraçar ainda mais o Brasil com questões de ordem que foram resolvidas ao longo das discussões na comissão do impeachment”, afirmou o senador Agripino Maia (DEM-RN).

Nesta terça, Anastasia terá meia hora para defender o afastamento definitivo de Dilma. Em seguida, será aberta a palavra a todos os senadores, que poderão falar por 10 minutos cada um. Mais de 30 parlamentares já se inscreveram para discursar.

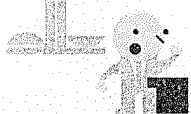
Em seguida, a acusação terá meia hora para apresentar seus argumentos, mesmo tempo concedido à defesa. Após o pronunciamento das partes, haverá a fase de encaminhamento, a última antes da votação: dois oradores da defesa e dois oradores da acusação terão o microfone por cinco minutos, cada.

O painel será então aberto a voto, o que pode acontecer só na madrugada ou manhã de quarta-feira (10).


CONTINUA

PENÚLTIMA VOTAÇÃO DO IMPEACHMENT

Parecer que defende impedimento será votado no plenário do Senado

1  Início da sessão (9h), com questões de ordem

2  Fala do relator Antônio Anastasia (PSDB-MG)

3  Discussão (10 minutos de fala para cada senador inscrito)


4 Fala da acusação (30 minutos)

5 Fala da defesa (30 minutos)


6  Votação em painel

A sessão poderá ter intervalos

COMO SERÁ

 **24 HORAS** é a previsão de duração da sessão de terça

 **RICARDO LEWANDOWSKI**, presidente do STF, presidirá a sessão

 **O VOTO É ABERTO** e não cabem orientações dos partidos

APRESENTAR AO JURI

> Senadores decidem nesta terça (9) se processo irá à fase final, na qual Dilma será condenada ou absolvida
> Caso decidam pela continuidade do processo, a presidente afastada vai a julgamento e

estará "PRONUNCIADA"
> Em processos criminais, a expressão significa "APRESENTAR AO JURI". Os senadores farão o papel de julgadores
> Caso o processo pare, Dilma retorna à Presidência

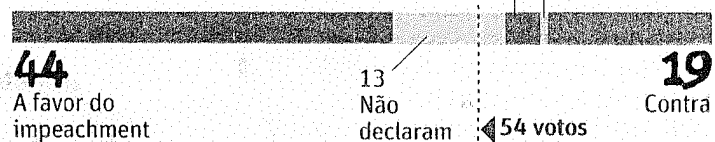
PRÓXIMOS PASSOS

25 OU 26 AGO
VOTAÇÃO FINAL
Data provável para o início do julgamento, a ser definido por Lewandowski, presidente do STF

Voto final
Para condenar a presidente, é necessário o apoio de pelo menos 54 dos 81 senadores

PLACAR

Enquete no Senado



 **Veja todos os votos**
folha.com/senadofinal

54 votos são necessários para que Dilma deixe o cargo

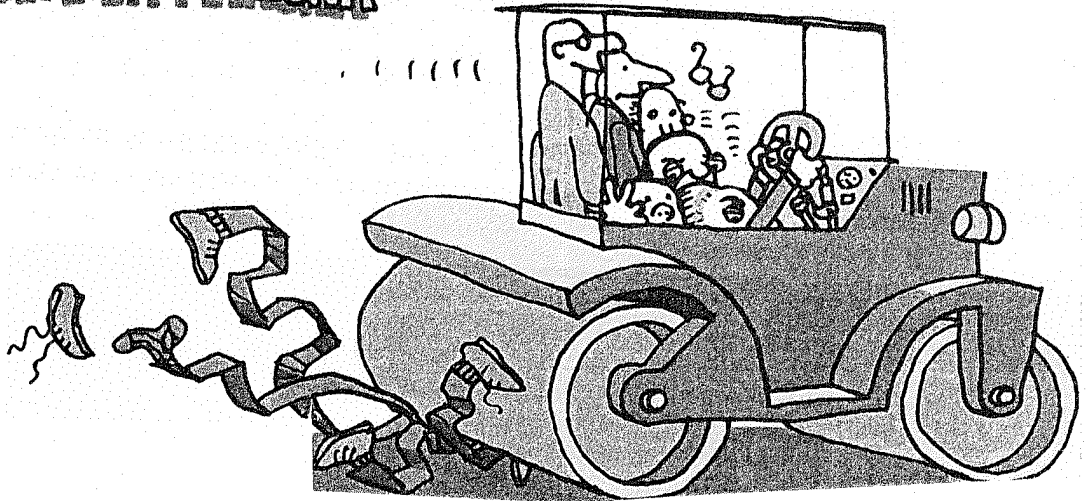
ACUSAÇÕES CONTRA DILMA

	Pedaladas fiscais	Decretos suplementares
O que diz a acusação	Governo deixou de pagar R\$ 3,5 bilhões ao Banco do Brasil referentes a programa agrícola em 2015. O atraso configura empréstimo ilegal	Governo editou seis decretos em 2015 autorizando créditos de R\$ 96 bilhões sem autorização do Congresso, o que seria necessário por lei
O que diz a defesa	Pedaladas são atrasos no pagamento, mas não empréstimos	Decretos tiveram respaldo técnico e não alteraram o limite global de gastos, apenas remanejaram despesas
O que diz o relatório da Comissão do Impeachment	Comportamento de Dilma foi deliberado e pedaladas configuram crime de responsabilidade	Conduta de Dilma foi irresponsável, pois ela sabia que as alterações no Orçamento eram incompatíveis com o cumprimento da meta fiscal

09 AGO 2016

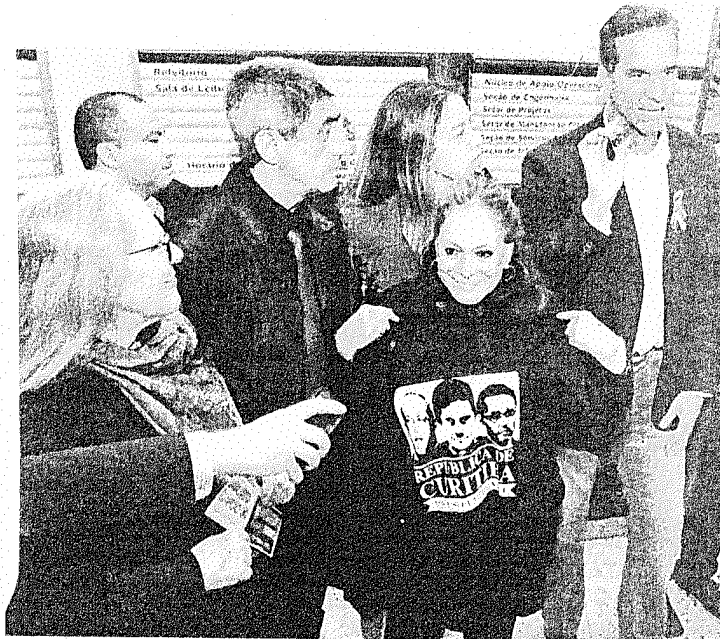
FOLHA DE S. PAULO

GOLPE EM MARCHA



09 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO



» **HOMENAGEM** Artistas globais vão a Curitiba prestar homenagem ao juiz Sergio Moro, da Lava Jato; ao centro, Suzana Vieira com camiseta estampada com rosto de Moro

09 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

Mendes defende revisão de lei eleitoral pós-Lava Jato

Para presidente do TSE,
mudanças como teto para gastos estimulam infração

Para ministro, operação mostrou o uso das doações eleitorais para pagamento de propina e lavagem de dinheiro

O presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Gilmar Mendes, defendeu nesta segunda (8) uma reavaliação do funcionamento do sistema eleitoral após as revelações da Operação Lava Jato, que apura esquema de corrupção na Petrobras.

Citou, por exemplo, o uso das doações eleitorais como forma de pagamento de propina e lavagem de dinheiro, fato investigado na Lava Jato. “Agora o abuso vem por dentro [das regras]”, afirmou.

Mendes, que também é ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), usou como exemplo o caso da campanha à reeleição da presidente Dilma Rousseff, que motivou uma representação enviada à corregedoria do TSE para avaliar se o PT deve ser extinto por causa das irregularidades encontradas.

“Quem pode concorrer com um partido que tem uma forma de arrancar recurso das estatais? As instituições que criam esse privilégio dão o aval para se perpetuar no poder indefinidamente. É por isso que a legislação prevê que, se houve financiamento com

recursos das estatais, que haja a possibilidade de extinção”, declarou Mendes.

Questionado sobre eventuais punições a outros partidos, o ministro afirmou que também podem ser avaliadas caso surjam mais provas contra outras legendas, mas que o caso relativo à campanha de Dilma Rousseff é o mais avançado dentro do tribunal.

'ESTÍMULO'

Mendes disse ainda que a limitação de um teto para os gastos das campanhas neste ano e o fim das doações de empresas, novidades do processo eleitoral deste ano, “ensejem estímulos a burlar” as regras eleitorais.

As declarações do ministro foram dadas durante um seminário no tribunal voltado a jornalistas, com o objetivo de dar informações sobre as eleições deste ano. (AGUIRRE TALENTO E GABRIEL MASCARENHAS)

09 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

Juiz ordena que alunos retirem comentários contra professor

De acordo com ação, docente da Unicamp teve imagem exposta

PAULO FAGGIONATO
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA,
EM CAMPINAS (SP)

A Justiça de Campinas (93 km de São Paulo) determinou que um grupo de alunos da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) remova da internet comentários considerados pejorativos a um professor, sob pena de multa de R\$ 1.000. Cabe recurso.

Segundo a reitoria, é a primeira vez em 50 anos de história da Unicamp que alunos são obrigados a pagar indenização a um docente se descumprirem decisão judicial.

O juiz Guilherme Fernandes Cruz Humberto, da 9ª Vara Cível de Campinas, deu liminar favorável no dia 25 ao professor Serguei Popov, do Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica, em ação movida contra o DCE (Diretório Central dos Estudantes) e um grupo de nove alunos.

No dia 20 de junho, o coordenador do DCE, Guilherme Montenegro, apagou o quadro do professor em um piquete durante a greve dos estudantes, que começou no dia 23 de maio e foi encerrada parcialmente no dia 3 de agosto. As aulas, porém, ainda não voltaram ao normal.

À **Folha**, no mês passado, Montenegro disse que sua atitude não foi correta, mas que era o reflexo de um desespero que os cotistas vivem.

O docente também recebeu, segundo a ação, ameaças via redes sociais e teve sua imagem exposta, sem seu conhecimento e permissão, para promover uma festa de estudantes chamada "Vamos mexer o Popov" no Facebook.

Na liminar, o juiz determina que os réus providenciem a retirada de "qualquer comentário jocoso, pejorativo ou denegridor" referentes ao professor, e que cessem o uso de sua imagem em um prazo de 24 horas sob pena de multa de R\$ 1.000 por ato.

OUTRO LADO

A advogada do DCE e do grupo de estudantes, Cristiane Anizeti, informou que já foi notificada da liminar e que tem 15 dias para apresentar a defesa de seus clientes.

Além disso, ela afirmou que os docentes cometeram crimes durante a paralisação.

A advogada prepara documentos para provar que o professor Popov e demais colegas cometeram crimes de agressões, exposição de imagem de alunos, discriminação racial, incitação ao discurso de ódio, ameaças de reprovação de alunos e falsidade ideológica.

"A ação na Justiça tem como objetivo pressionar a Unicamp a punir os alunos" afirmou a advogada.

MÔNICA BERGAMO

BARRADOS NO SALÃO

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) decidirá hoje se moradores que estão devendo a taxa de condomínio podem ser impedidos de usar as áreas de lazer de onde moram. A discussão se dará em torno de processo movido por uma mulher de Belo Horizonte (MG) que foi proibida de frequentar a piscina de seu prédio. Ela se sentiu constrangida e decidiu acionar a Justiça.

09 AGO 2016

FOLHA DE LONDRINA

Prefeito de Loanda volta ao cargo

Edson Ferreira

Reportagem Local

O Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná derrubou a liminar que havia afastado do cargo por 180 dias o prefeito de Loanda (Noroeste), Flávio Accorsi (sem partido). Ele reassumiu o comando do Executivo ontem e segue sob investigação por suposta contratação irregular do hospital do qual é sócio seu irmão. O vice-prefeito Nilson Wander Spinardi (PTB) ficou dois dias como chefe do Executivo.

O contrato tem duração de 12 meses, com valor aproximado de R\$ 16 milhões, dos quais, até julho, já haviam sido pagos R\$ 300 mil ao hospital, informou a assessoria do Ministério Público (MP) do Paraná. Entretanto, ao acatar os argumentos da defesa do prefeito, o desembargador do TJ, Luiz Mateus de Lima, alertou que o afastamento do cargo deve ocorrer quando há evidências concretas de interferência do investigado no processo. "Diante da ausência de elementos concretos de convicção acerca do perigo à instrução processual para o afastamento cautelar do agente público", Lima determinou o retorno de Accorsi ao cargo.

Em ação civil pública, MP sustenta que Accorsi contrariou pareceres da Controladoria Interna, da Comissão de Licitação e da Procuradoria Jurídica do Município, que não endossaram a contratação. De acordo com o advogado do prefeito, Maurício Caneiro, não há irregularidade. "O contrato já existia na gestão anterior e preenche os requisitos exigidos para inexigibilidade. É cumprido fielmente para o bem atender da população e o preço é compatível com o mercado, todos os serviços foram prestados comprovadamente pelos prontuários médicos de atendimento."

09 AGO 2016
FOLHA DE LONDRINA
Prerrogativas dos advogados
a serviço da cidadania

Eliton Araujo Carneiro

No dia 11 de agosto comemoramos o Dia do Advogado. É uma data auspiciosa, pois diz respeito àquele profissional que essencialmente lida com aquilo que o ser humano tem de mais valioso: patrimônio, liberdade e a própria vida.

Devemos comemorar muito esta data, pois nós advogados e advogadas nem sempre temos tempo para tal, pois estamos sempre resolvendo os problemas de nossos clientes.

E, para tal mister, é importante destacar que temos nossas prerrogativas profissionais - que digase, não são privilégios - instituídas em nossa Lei de Regência, que nada mais é que um arcabouço legal, criado para possibilitar que o advogado ou advogada tenha liberdade e independência para exercer seu ofício, sempre procurando a melhor defesa para seu cliente, dentro do que determina a lei e nosso Código de Ética.

De tal sorte que estas prerrogativas, ao fim, não são do advogado, mas sim da própria sociedade, pois este profissional sempre estará falando em nome de alguém, jamais em nome próprio.

Todas as vezes que um advogado é impedido de ter acesso a um processo, ou mesmo de ter vistas de um inquérito, não é ele que estará sendo prejudicado, mas sim seu cliente, e, por consequência, a própria cidadania, já que este ser humano não poderá exercer na plenitude seu direito de defesa, pois seu defensor não pôde ter acesso a todas as informações que poderiam subsidiar esta defesa sólida.

Mas não é só isso. Todas as vezes que uma autoridade impede o livre acesso do advogado a qualquer parte de um processo, quem sai perdendo é a própria democracia, pois este regime parte do princípio que todos são iguais perante a lei, podendo todos, sem exceção, exercitar sua defesa da forma mais ampla possível.

Quanto mais democrático o País, maior será a necessidade de advogados, pois a estes cumpre o papel indelegável de efetuar a defesa da cidadania e da própria democracia. Esta defesa so-

mente poderá ser plena se os advogados puderem exercer sua missão da forma independente e livre de amarras.

Teremos em Londrina, nesta terça-feira (9), às 19h30, em nossa sede, o lançamento nacional de uma campanha do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, denominada "Caravana das Prerrogativas." Estarão presentes o presidente de nossa seccional, José Augusto Araújo de Noronha e o presidente do Conselho Federal, Cláudio Pacheco Prates Lamachia, além de outras tantas autoridades.

A vinda desses dirigentes demonstra primeiro, a importância que a Ordem dá ao tema, pois lançará uma campanha nacional de observância das prerrogativas profissionais, com a presença das maiores autoridades nacional e regional da OAB.

E, em segundo lugar, demonstra a importância de nossa Subseção de Londrina, maior do Sul do Brasil, pois foi escolhida para o lançamento nacional de tal campanha, uma grande honra para todos os advogados e advogadas de nossa cidade e região.

Por óbvio que tal escolha decorreu também do histórico de nossa Subseção, que sempre manteve à sua frente valorosos colegas, que sempre lutaram para que nossas prerrogativas fossem observadas. A Caravana, inclusive, será lançada dentro da programação de nosso tradicional Fórum Regional das Prerrogativas, evento da máxima importância para a

entidade e exemplo para outras subseções e que chega à sua quarta edição neste ano.

Parabéns a todos os advogados e advogadas, que possam comemorar com muita festa este nosso dia, e possamos participar ativamente desta campanha, demonstrando à sociedade que nossas prerrogativas são a defesa da própria cidadania e da democracia.

Muito obrigado e feliz dia a todos os advogados e advogadas.

ELITON ARAUJO CARNEIRO
é presidente da OAB-Londrina

“

*Todas as vezes que
uma autoridade
impede o livre acesso
do advogado a
qualquer parte de
um processo, quem
sai perdendo é a
própria democracia*

09 AGO 2016

FOLHA DE LONDRINA

Artistas realizam ato em favor de Moro em Curitiba

Grupo levou ao juiz da Lava Jato
pen drive com depoimentos de
mais de 80 colegas em apoio às
investigações relativas aos
desvios na Petrobras



Lucinha Lins, Fagner, Susana Vieira,
Luana Piovani e Victor Fasano: apoio às
investigações da Lava Jato e a Sérgio Moro

“
Se aprovada nesses termos, poderá
servir para intimidação dos
magistrados de todas as instâncias”

CONTINUA

09 AGO 2016

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba - Um grupo de seis artistas realizou na tarde dessa segunda-feira (8), em frente à Justiça Federal do Paraná (JFPR), em Curitiba, um ato em favor do juiz Sérgio Moro, responsável por julgar as ações penais da Operação Lava Jato em primeira instância. Participaram da atividade os atores Victor Fasano, Susana Vieira, Luana Piovani, Lucinha Lins e Jorge Pontual, além do cantor Fagner. Eles almoçaram com magistrado e, por volta de 14h20, chegaram à sede da JFPR, onde foram recebidos por centenas de manifestantes, vestidos de verde e amarelo.

Susana contou que a comitiva trouxe para Moro e para o coordenador da força-tarefa, o procurador Deltan Dallagnol, um pen drive contendo depoimentos de mais de 80 colegas em apoio às investigações relativas aos desvios na Petrobras. Os artistas também protestaram contra o projeto de lei do Senado 280/2016, de autoria de Renan Calheiros (PMDB-AL) e que trata dos chamados crimes de abuso de autoridade.

O texto penaliza quem ordenar ou executar “captura, detenção ou prisão fora das hipóteses legais”. Moro tem feito críticas públicas à matéria, por considerar a redação atual vaga e abrangente. Durante premiação da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo no Estado (Fecomércio), no final de julho, também na capital paranaense, ele disse que a iniciativa “representa um verdadeiro perigo à independência judicial”. “Se aprovada nesses termos, poderá servir para intimidação dos magistrados de todas as instâncias”, afirmou, na ocasião.

Segundo o presidente da Associação Brasileira de Bares e Casas Noturnas (Abrabar), Fábio Aguayo, que é um dos organizadores, o ato de ontem foi o primeiro da área de eventos do “Comitê Popular de Apoio as 10 Medidas Contra a Corrupção e à Operação Lava Jato”, criado oficialmente na última quarta-feira (3) e composto, além da Abrabar, pelo Sindicato das Empresas Promotoras de Eventos (Sindiprom) e por uma série de entidades dos setores de gastronomia e hospedagem, ligadas à Confederação Nacional do Turismo (CNTUR).

09 AGO 2016

FOLHA DE LONDRINA

SERRA RECEBEU R\$ 23 MILHÕES VIA CAIXA 2



09 AGO 2016

FOLHA DE LONDRINA

Senado inicia novo julgamento da petista

Brasília - Dividindo as atenções com os Jogos Olímpicos do Rio, começa nesta terça-feira (9), no plenário do Senado, a fase de pronúncia, a segunda do processo de impeachment contra a presidente afastada Dilma Rousseff. As regras foram definidas entre senadores e o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, que vai presidir a sessão. As informações são da Agência Brasil. Prevista para começar às 9h, a cada quatro horas haverá intervalo de uma hora. No primeiro momento, o ministro responderá às questões de ordem que deverão ser apresentadas em até cinco minutos apenas por senadores. Os parlamentares contrários à questão de ordem também terão cinco minutos para se manifestar. Feito isso, Lewandowski decidirá sobre as demandas apresentadas, sem possibilidade de contestação dos senadores. O passo seguinte é a leitura de um resumo do parecer elaborado pelo senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), aprovado na Comissão Especial do Impeachment na última quinta-feira (4). Ele terá 30 minutos para isso. Em seguida, cada um dos 81 senadores poderá, em até dez minutos, discutir o

relatório. Já na madrugada de quarta-feira (10) os autores da denúncia contra Dilma terão até 30 minutos para reforçar seus argumentos. Em seguida, pelo mesmo tempo, será a vez de o advogado de defesa, José Eduardo Cardozo, subir à tribuna do Senado para fazer as suas alegações. A partir daí, os senadores começarão a se organizar para a votação. Antes da votação de cada um dos crimes dos quais Dilma é acusada, será concedida a palavra, por até cinco minutos, na fase de encaminhamento, para a manifestação de, no máximo, dois oradores favoráveis e dois contrários às conclusões do parecer do relator. Na manhã de quarta-feira, ao final dos encaminhamentos, os senadores poderão votar, por meio do painel eletrônico. Para tornar Dilma Rousseff ré e levá-la a julgamento são necessários votos de metade mais um dos senadores presentes à sessão (maioria simples).

Caso o parecer não atinja o mínimo de votos necessários, o processo é arquivado e a presidente afastada retoma o mandato. Mas, se tiver apoio da maioria simples dos votos, a denúncia segue para julgamento final. Embora não tenha se manifestado oficialmente sobre o assunto, a previsão do ministro Lewandowski é de que o julgamento comece no dia 29.

09 AGO 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Reavaliação do sistema eleitoral

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Mendes, defendeu ontem que seja feita uma reavaliação do funcionamento do sistema eleitoral após as revelações da Operação Lava Jato. Citou, por exemplo, o uso das doações eleitorais como forma de pagamento de propina e lavagem de dinheiro, fato investigado na Lava Jato. “Agora o abuso vem por dentro [das regras]”, afirmou.

Dilma como exemplo

Gilmar Mendes, que também é ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), usou como exemplo o caso da campanha à reeleição da presidente Dilma Rousseff, que motivou uma representação enviada à corregedoria do TSE para avaliar se o PT deve ser extinto por causa das irregularidades encontradas. “Quem pode concorrer com um partido que tem uma forma de arrancar recurso das estatais? As instituições que criam esse privilégio dão o aval para se perpetuar no poder indefinidamente. É por isso que a legislação prevê que se houve financiamento com recursos das estatais que haja a possibilidade de extinção”, afirmou Gilmar.

CLAUDIO HUMBERTO

Dilma chega hoje à reta final da sua destituição

Dilma Rousseff vai conhecer, nesta terça (9), a chamada “reta final” da sua destituição. Como em todos os casos criminais, após a coleta de provas, o réu deve ser pronunciado antes do julgamento. É o que vai acontecer nesta terça (9) no Senado, encerrando a segunda fase do impeachment, autêntica em corrida de obstáculos, graças às alterações no rito determinadas pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Senado.

Jogando a toalha

A situação de Dilma não é mesmo animadora. Sua ex-inimiga e hoje aliada Kátia Abreu (PMDB-TO) já admitiu a derrota.

Nova manobra

Por não acreditarem nas chances de Dilma, petistas ameaçam recorrer ao STF para tentar melar a votação da pronúncia.

Precedente ignorado

O relatório de admissibilidade do caso contra Dilma tinha 128 páginas. No caso do ex-presidente Fernando Collor, dois parágrafos.

Influência

Com amigos no STF e no Senado, Dilma só foi afastada 23 dias depois de o Senado receber a denúncia. No caso Collor, foram 48 horas.



Artistas apoiam Moro e projeto que quer acabar com a corrupção

O grupo Vem para Rua, contrário ao governo da presidente afastada Dilma Rousseff, organiza uma manifestação de apoio ao juiz federal Sérgio Moro. O grupo formado pelos atores Lucinha Lins, Victor Fasano, Luana Piovanni e Suzana Vieira e pelo cantor Raimundo Fagner manifestou apoio à campanha "Dez Medidas Contra a Corrupção".

Artistas globais fazem ato de apoio a Moro

O grupo Vem para Rua, contrário ao governo da presidente afastada Dilma Rousseff, organiza uma manifestação de apoio ao juiz federal Sérgio Moro. De acordo com as informações, um grupo de artistas levará um manifesto para o juiz. Segundo o Vem pra Rua estarão presentes Suzana Vieira, Luana Piovani, Lucinha Lins, Victor Fasano, Fagner e Jorge Pontual, entre outros.

Além do apoio às 10 Medidas contra a Corrupção, projeto do Ministério Público Federal, o grupo também apoia a campanha liderada por Moro contra a Lei de Abuso de Autoridade, proposta por Renan Calheiros (PMDB), presidente do Senado Federal.

Após o encontro com Moro, o grupo seguirá para a o prédio da Justiça Federal e o movimento Vem Pra Rua (ao lado de outros movimentos) acenderá a Tocha da Justiça. ■

09 AGO 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

ARTISTAS NA CAUSA

→ Celebidades visitam juiz Sérgio Moro



Felippe Anibal

Piovani, Fagner e Fasano apoiam Lava Jato. Suzana: frases polêmicas.

Uma comitiva de celebridades visitou, na tarde de ontem, o juiz federal Sergio Moro, responsável por julgar os processos da Operação Lava Jato. O grupo formado pelos atores Lucinha Lins, Victor Fasano, Luana Piovanni e Suzana Vieira e pelo cantor Raimundo Fagner manifestou apoio à campanha “Dez Medidas Contra a Corrupção”, que pretende propor um projeto de lei que apertaria o cerco e ampliaria a punição a corruptos e corruptores.

As celebridades foram recebidas no gabinete do magistrado e levaram um pen-drive com mais de 50 assinaturas de outros artistas brasileiros. Após o encontro com Moro, o grupo desceu à porta do prédio da Justiça Federal, onde cerca de 50 manifestantes que vestiam verde e amarelo bradavam palavras de ordem em defesa da

Lava Jato.

“Somos mais de 50 atores, apoiando as ‘Dez Medidas Contra a Corrupção’, apoiando a Operação Lava Jato e nos colocando à disposição para qualquer ação nesse sentido, que acabe com a corrupção e desmandos nesse país que todos amamos”, resumiu Fasano.

A atriz Luana Piovani destacou que a iniciativa é “apartidária” e que a comitiva tem por objetivo “dar cara a esse movimento” que está focado na “consciência cidadã” e não “na torcida por esse ou aquele partido”. “Acho que finalmente a gente se cansou de estar em um lugar inerte, de apenas lamentarmos as bandalheiras que fazem com o nosso dinheiro. A gente sabe exatamente das melhores que a gente precisa e a gente sabe que a gente não suporta mais tanta corrupção e

tanto crime de colarinho branco”, afirmou.

Fãs

Ao som do Hino Nacional, dedilhado por um guitarrista, os artistas saíram brevemente do prédio da Justiça Federal e acenaram para os apoiadores do juiz Sergio Moro. Fasano e Piovani posaram com adesivos em alusão à Lava Jato. Mais animada, Suzana Vieira ultrapassou o cordão de isolamento e foi até os manifestantes, com quem tirou selfies e gravou vídeos, elogiando o magistrado. Também disparou frases polêmicas: “Eu acho que as pessoas do Norte e do Nordeste não têm conhecimento do que está sendo feito aqui [na sede da Justiça Federal, em Curitiba]. (...) Tem que espalhar isso para o Brasil”, disse, em alusão à Operação Lava Jato.

09 AGO 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

PRONÚNCIA

Impeachment da presidente Dilma Rousseff será discutido no Senado com Lewandowski

Agência Brasil

Dividindo as atenções com os Jogos Olímpicos do Rio, começa hoje no plenário do Senado, a fase de pronúncia, a segunda do processo de impeachment contra a presidente afastada Dilma Rousseff. As regras foram definidas entre senadores e o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, que vai presidir a sessão.

Prevista para começar às 9h, a cada quatro horas haverá intervalo de uma hora. O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), abrirá a sessão e passará o comando a Lewandowski.



Dilma: julgamento dia 25.

No primeiro momento, o ministro responderá às questões de ordem que deverão ser apresentadas em até cinco minutos apenas por senadores. Os parlamentares contrários à questão de ordem também terão cinco minutos para se manifestar. O passo seguinte é a leitura de um resumo do parecer elaborado pelo senador Antonio Anastasia (PSDB-MG). Em seguida, cada um dos 81 senadores poderá, em até dez minutos, discutir o relatório.

Encerrada essa etapa, já na madrugada de quarta-feira (10) os autores da denúncia contra Dilma Rousseff terão até 30 minutos para reforçar seus argumentos. Em seguida, pelo mesmo tempo, será a vez de o advogado de defesa, José Eduardo Cardozo, subir à tribuna do Senado para fazer as suas alegações.

VOTAÇÃO

A partir daí, os senadores começarão a se organizar para a votação. Assim, o painel de votação poderá ser aberto cinco vezes, uma para um dos quatro decretos que ampliaram a previsão de gastos no orçamento.

Na manhã de amanhã, ao final dos encaminhamentos, os senadores poderão votar, por meio do painel eletrônico. Para tornar Dilma Rousseff ré e levá-la a julgamento são necessários votos de metade mais um dos senadores presentes à sessão (maioria simples). Desde que o processo chegou ao Senado, o presidente da Casa, Renan Calheiros, disse que não pretende votar.

Julgamento final ainda em agosto

Caso o parecer não atinja o mínimo de votos necessários, o processo é arquivado e a presidenta afastada retoma o mandato. Mas, se tiver apoio da maioria simples dos votos, a denúncia segue para julgamento final. A acusação terá até 48 horas para apresentar o chamado "libelo acusatório" e um rol de seis testemunhas. Na prática, o documento consolida as acusações e provas produzidas.

Os autores da denúncia, os

juristas Miguel Reale Júnior, Hélio Bicudo e Janaína Paschoal, já adiantaram que entregarão o libelo acusatório em 24 horas.

A defesa terá então 48 horas para apresentar uma resposta, a contrariedade ao libelo, e também sua lista com seis testemunhas. José Eduardo Cardozo, advogado de Dilma, já disse que usará todo o prazo.

Todo o processo será encaminhado ao presidente do

Supremo que, respeitando um prazo mínimo de dez dias, poderá marcar a data para o julgamento e intimar as partes e as testemunhas.

O presidente do Senado defende o início da fase final no dia 25 de agosto e que o julgamento, que pode durar até uma semana, não seja interrompido nem no fim de semana. A data será fixada por Ricardo Lewandowski, somente após a fase de pronúncia, se for o caso. (ABr)

TRIBUNA DO PARANÁ

09 AGO 2016

REBATEU

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Mendes, rebateu ontem as críticas do PT e afirmou que não pediu 'a extinção' da legenda. Segundo ele, outros partidos poderão ser alvos de investigação caso tenham se beneficiado de recursos públicos desviados da Petrobras. 'Sem dúvida nenhuma. Esta questão terá que ser colocada a outros partidos, se for o caso', afirmou. Gilmar, no entanto, não respondeu que outras legendas poderiam ser investigadas e disse que novos desdobramentos da Operação Lava Jato, como o acordo de delação premiada dos executivos da Odebrecht, terão que ser analisados futuramente. Nomes como o presidente interino Michel Temer e o ministro José Serra (Relações Internacionais) foram citados.

DEFESA

Em mais um capítulo da mais emblemática queda de braço da Operação Lava Jato, a defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva reafirmou ao juiz federal Sérgio Moro que ele é suspeito para julgar o petista. Em petição de 43 páginas, anexada aos autos da Justiça Federal, em Curitiba, os advogados do ex-presidente alegam parcialidade do juiz da Lava Jato. Lula protocolou duas exceções contra Moro: esta de suspeição e outra de incompetência, em que alega que a investigação contra o petista não deveria ficar na mão do juiz da Lava Jato, uma vez que os supostos crimes não teriam ocorrido no Paraná. A exceção de incompetência provocou uma contundente reação do Ministério Público Federal, chamado a se pronunciar sobre os fatos, que atribuiu a Lula participação no 'esquema criminoso da Petrobras' e benefícios dele.

09 AGO 2016

BEMPARANÁ Em Curitiba, Dilma defende nova eleição

Apesar de tensão entre grupos pró e contra impeachment, não houve incidentes



José Marcos Lopes

A presidente afastada Dilma Rousseff (PT) pediu ontem à tarde em Curitiba uma “repactuação” para levar adiante uma reforma política no país, com realização de um plebiscito sobre novas eleições e resistência para que o processo de impeachment seja barrado no Senado. A petista falou durante 40 minutos no Circo da Democracia, na praça Santos Andrade. O Circo da Democracia é uma iniciativa de aproximadamente 100 entidades da sociedade civil, com o objetivo de debater o processo de impeachment. Apesar do temor de confrontos entre grupos pró e contrários a Dilma, não foram registrados incidentes no evento.

Acompanhada dos senadores Roberto Requião (PMDB) e Gleisi Hoffmann (PT), Dilma chegou às 18h15 ao local — no circo armado em frente à escadaria da sede da Universidade Federal do Paraná. Depois de falas da poeta paranaense Alice Ruiz, do coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra no estado, Roberto Baggio, do ex-presidente da OAB nacional Marcello Lavenère e da presidente da CUT-PR, Regina Cruz, Dilma foi aplaudida por militantes, estudantes e sem-terra.

“O país foi tomado e dilacerado por um golpe”, afirmou a presidente afastada, em meio a gritos de “Fora Temer” e “Volta Dilma”. “Primeiro disseram que não era um golpe.

Depois, que não é um golpe porque não foram usadas balas e tanques. Porque esse é um golpe diferente do de 1964, é um golpe parlamentar. É fato que há a previsão do impeachment na Constituição, mas é um golpe porque não há crime de responsabilidade”, afirmou.

CONTINUA

09 AGO 2016

BEMPARANÁ

CONTINUAÇÃO

Previdência - Para a presidente afastada, o objetivo ao retirá-la do poder é atingir direitos trabalhistas e previdenciários. Ela citou as propostas de reforma da previdência e de aumentar a carga horária de trabalho. "Um país de trabalhadores e mulheres passou a ser governado por homens velhos, ricos e com problemas na Justiça", acusou. "Temos uma crise fiscal por queda de arrecadação, não é possível que uma classe queira que as outras paguem sozinhas. Por isso colocaram aquele pato amarelo na frente da Fiep (Federação das Indústrias de São Paulo). Os responsáveis por isso são parte da mídia, parte da oposição, e parte do capital especulativo financeiro".

A petista avaliou ainda que o país precisa de uma reforma política, que seja feita "por baixo", e não "por cima". "O país tem uma fragmentação partidária assustadora. É importante falar contra certo moralismo de fachada: ter 25 partidos é a mãe e o pai do fisiologismo. É fundamental que seja feita uma repactuação, e que essa repactuação não seja feita por cima".

Recepção - O Circo da Democracia ficará até o dia 15 na Praça Santos Andrade. Na semana passada, representantes do Movimento Brasil Livre (MBL), que organizou manifestações pedindo o impeachment da presidente, disseram que Dilma teria uma "recepção calorosa" no local, mas não foram registrados incidentes ou protestos contra a presidente afastada. Outra preocupação era com a possível hostilidade contra o juiz Sérgio Moro, que dá aulas no prédio central UFPR. O policiamento foi reforçado e os militantes entoaram cantos e "Fora Sérgio Moro".

09 AGO 2016

BEMPARANÁ

Lava Jato

Rodrigo Félix



Suzana Vieira e Luana Piovani: ato na Justiça

Artistas fazem ato de apoio a juiz Sérgio Moro

Um grupo de artistas participou ontem de um ato em apoio ao juiz Sérgio Moro, responsável pela Operação Lava Jato, em frente à sede da Justiça Federal, em Curitiba. Entre os manifestantes estavam as atrizes Susana Vieira e Luana Piovani, o ator Victor Fasano e o cantor Fagner.

O ato também manifestou apoio ao pacote de dez medidas contra a corrupção, apresentado através de projeto de iniciativa popular organizado pelo Ministério Público Federal. E contra o projeto do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB/AL) que estabelece novas punições contra o abuso de autoridade por parte de juizes e promotores, e é apontado como uma tentativa de retaliação dos políticos contra a

operação Lava Jato. "Nós estamos defendendo a integridade dele. A nossa cara tá junto do Moro. E a nossa grande preocupação é que as coisas mudem", disse Susana Vieira.

O juiz almoçou com os participantes em seu gabinete e recebeu deles um pendrive com vídeos de cerca de 50 artistas que apoiam a investigação. "E para mostrar que muitos de nós defendemos as dez medidas, sim, e queremos que elas sejam aprovadas", disse Fasano. Depois, em frente à sede da Justiça Federal, foi realizada uma manifestação com a participação de integrantes do Movimento Brasil Livre, que defende o impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT). Moro não participou do ato.

09 AGO 2016

BEMPARANÁ

Mulher Brasileira

Casa já realizou mil procedimentos

Em 50 dias de funcionamento, a Casa da Mulher Brasileira em Curitiba atendeu a 600 mulheres e realizou quase mil procedimentos. A Casa funciona sob a administração compartilhada entre estado e município, por meio de um colegiado gestor que se reúne toda segunda-feira para ajustar, avaliar os procedimentos e compartilhar decisões.

No início da tarde de ontem, um mutirão formado pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cevid) e pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) começou a cumprir 583 medidas protetivas de urgência expedidas pelo posto avançado do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher na Casa da Mulher Brasileira. A força tarefa para a execução das medidas está sendo realizada por sete oficiais designados pelo TJPR para agilizar a notificação dos agressores. Nas próximas semanas, mais 25 oficiais vão reforçar o mutirão.

A desembargadora Denise Krüger Pereira, da coordenadoria do Cevid, disse que, além de zerar os mandados existentes na Vara, a força tarefa vai garantir a segurança da vítima de violência.

09 AGO 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Advogados vêm dificuldades para levantar depósitos judiciais

Antes, segundo a advogada, o montante devido era recebido em até cinco dias úteis, mas, atualmente, esse prazo só estaria sendo respeitado para causas de até R\$ 10 mil

As regras impostas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo para pagamento de guias de levantamento de depósitos judiciais estão sendo criticadas por advogados. Os profissionais afirmam que o modelo adotado gera insegurança jurídica e que as guias demoram a ser expedidas. Os valores são liberados mais de 10 dias úteis depois do pedido, o que geraria desconfiança dos clientes, que pensam que os montantes estão sendo retidos propositalmente por seus representantes.

A conselheira da OAB-SP Rosângela Maria Negrão afirma que o Banco do Brasil não tem repassado aos juízes os valores depositados e que essa informação só tem sido obtida na Justiça. A advogada destaca que o foco do problema é a agência do BB no Fórum de Pinheiros, onde é exigido dos profissionais a cópia da carteira da OAB junto à guia de levantamento. "Se não entregar, eles não recebem a guia."

Rosângela reclama da imposição porque a carteira da OAB contém todos os dados dos advogados, como RG e CPF. Ela critica também a demora para poder acessar o valor. Antes, segundo a advogada, o montante devido era recebido em até cinco dias úteis, mas, atualmente, esse prazo só estaria sendo respeitado para causas de até R\$ 10 mil. Acima dessas somas, as datas estariam indefinidas, diz a conselheira.

09 AGO 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STJ cria jurisprudência protetivas para mulher

Completando dez anos de sua publicação, a Lei Maria da Penha já fez com que o Superior Tribunal de Justiça produzisse jurisprudência sobre os tipos de medidas adotadas em casos de violência contra a mulher, a forma de processamento das ações judiciais e as situações amparadas pela legislação especial.

Devido à proximidade e intimidade entre agressores e vítimas, o STJ garante a validade da adoção de medidas protetivas em favor das mulheres submetidas a situações de violência, como a proibição de aproximação, e, especialmente nos casos de descumprimento das medidas, a possibilidade de decretação de prisão preventiva.

Em uma dessas situações, a Justiça do Rio Grande do Sul decretou a prisão preventiva de homem pelo descumprimento reiterado da proibição de aproximação após episódio de violência doméstica.

Na decisão, o juiz ressaltou que “o réu mantém o assédio à vítima, apesar da existência de proibição de aproximação. No presente caso, a determinação de medida protetiva de afastamento não parece ser suficiente para que a vítima consiga estar em casa com tranquilidade”.

09 AGO 2016

GAZETA DO POVO

sínteses

IDADE MÍNIMA PARA APOSENTADORIA

Idade mínima: quem está certo?

Renato Follador

Vem aí a reforma da Previdência e a implantação da idade mínima. Além da carência de 35 anos de contribuição para homens e 30 anos para mulheres, será exigido 65 anos de idade para se aposentar por tempo de contribuição.

Sim, homens e mulheres deverão se aposentar com a mesma idade. Ocorre que, pela primeira vez na história, metade das aposentadorias concedidas pela Previdência Social é para elas. Não afirmo que isso seja justo, afinal as mulheres ainda são penalizadas com a dupla jornada de trabalho. Mas, de acordo com o IBGE, elas vivem, em média, quatro anos a mais que os homens. Como podem se aposentar com cinco anos a menos de contribuição, têm uma vantagem natural e uma legal.

Do ponto de vista econômico e financeiro, o déficit da Previdência, que é crescente há 20 anos, passou de R\$ 54 bilhões, em 2014, para R\$ 85 bilhões no ano passado — e vai atingir algo próximo a R\$ 150 bilhões em 2016.

São vários os motivos que estão quebrando a Previdência Social, dentre eles a queda na taxa de natalidade, o desemprego, isenções fiscais, o envelhecimento da população e a longevidade. Se os primeiros reduzem a receita, o envelhecimento e a longevidade crescente fazem com que a despesa aumente vertiginosamente.

O Brasil tem 12% da população de idosos com mais de 60 anos. A população economicamente ativa — entre 15 e 64 anos — cresce 0,5% ao ano enquanto a população idosa, com mais de 65 anos, cresce 3% ao ano, seis vezes mais do que os em idade de produzir. O envelhecimento populacional do Brasil está sendo muito mais rápido que nos países desenvolvidos. Como exemplo, o Canadá tem o dobro de idosos do que o Brasil —

24% da população — e os dois terão 30% de idosos em 2050. Só que o Canadá enriqueceu antes de envelhecer, diferente de nosso país.

E os idosos brasileiros estão vivendo cada vez mais, o que em si é uma ótima notícia. Nos últimos 13 anos, aumentou em 5 anos a expectativa de vida. É normal chegar aos 85 anos hoje. O problema é que a longevidade maior representa mais anos de aposentadorias e isso custa dinheiro.

No Brasil, a aposentadoria por tempo de contribuição é concedida, em média, aos 54 anos e mantida até uns 84 anos. Se a idade média de aposentadoria passar para 65 anos, serão 11 anos a menos de aposentadorias a serem pagas.

Não podemos esquecer que Previdência Social é renda para o trabalhador quando ele estiver incapacitado para o trabalho, seja porque se invalidou, trabalhou muito ou envelheceu. Quando ela foi criada, a natureza do trabalho era muito mais física do que intelectual, mas a tecnologia inverteu isso radicalmente. Ouso dizer que, respeitados limites, hoje, quanto mais idade uma pessoa tem, mais apta está, em razão do conhecimento adquirido e da maturidade profissional.

Agora, nesse mundo novo, vocês acham justo alguém trabalhar 35 anos e ficar outros 30 sem fazer nada? É normal que só o nosso país entre todos os desenvolvidos e em desenvolvimento não tenha idade mínima para se aposentar?

De todos, repito, todos os países do mundo, só Brasil, Equador, Irã e Iraque não têm idade mínima para aposentadoria. Na Alemanha, Holanda, e Reino Unido as idades mínimas de 65 anos já estão sendo aumentadas para 67 anos; nos Estados Unidos, atualmente é preciso ter 66 anos e o limite também segue crescendo em razão do aumento da longevidade e dos déficits fiscais.

Quem está certo: nós ou eles?

A resposta é a miséria de aposentadoria que o governo daqui paga. Melhor: ele finge que paga e o trabalhador finge que para, pois sai correndo procurar outro emprego depois de aposentado, para ter duas rendas.

Renato Follador é especialista em Previdência Social, Pública e Privada.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

09 AGO 2016

O desequilíbrio vem da má gestão

Ricardo Patah e Paulo Rossi

O Brasil precisa de um sistema previdenciário com idade mínima? Não. Essa não é a prioridade no momento. Pode ser que mais tarde essa medida seja necessária. Agora, o que o governo precisa é apresentar, antes de iniciar qualquer discussão sobre alterações na Previdência Social, um orçamento transparente da seguridade social.

Pois todos os estudos que nós, trabalhadores, temos mostram que a Seguridade Social no Brasil apresenta resultados positivos desde 2007, tendo acumulado até 2015 um saldo de R\$ 439,503 bilhões. Estes números seriam ainda maiores, é bom que se diga, se fossem consideradas as desonerações e renúncias fiscais que, no mesmo período, chegaram a R\$ 735,920 bilhões.

E já que estamos fazendo contas, vamos acrescentar mais um número aqui. A Receita Federal projeta, para este ano, R\$ 143,182 bilhões em desonerações do orçamento da Seguridade Social. É dinheiro que não entrará nos cofres da Previdência Social. Vai ser usado para tapar buracos de outras contas do governo. Então, dinheiro tem, não é mesmo?

Se há um desequilíbrio financeiro no governo, como vemos nesse período citado acima, seguramente ele não pode ser atribuído ao sistema previdenciário. A Constituição de 1988 deixa claro que as receitas e despesas da Seguridade Social devem constituir um orçamento próprio, separado, portanto, do Orçamento Fiscal do Governo. E não é o que vem acontecendo. Daí, as afirmações de que a Previdência é deficitária.

Mas vamos fazer aqui uma concessão aos que defendem o governo e supor que há mesmo um déficit no sistema. Aí surge outro grande problema: que é a má gestão na arrecadação. Em português bem claro: a Previdência tem dinheiro a receber na praça e não cobra. E não é pouco!

São R\$ 236 bilhões em dívidas de grandes empresas que vão sendo roladas ano após ano.

Outro grande ralo é falta de fiscalização para aperfeiçoar a gestão. Só com o aumento do número de fiscais, por exemplo, cerca de R\$ 23 bilhões anuais entrariam em caixa tranquilamente. E nem se fale da falta de controle dos bens da Previdência. Quantos imóveis, e outros tipos de propriedades, o setor tem pelo Brasil? Quantos estão abandonados? Quantos estão alugados?

Em São Paulo, por exemplo, tem um posto de gasolina cujo terreno pertence ao INSS e o aluguel custa R\$ 50 por mês. Não é um absurdo? Em valores de mercado, o aluguel deveria ser de R\$ 30 mil por mês. E o pior é que este caso não é exceção.

Como se vê, há muitos problemas a serem resolvidos antes de se falar em déficit da Previdência. De qualquer forma, estamos cientes de que a Seguridade Social merece ser revista. Mas não com o argumento atual de déficit que, repetimos, não existe. O que deve ser discutido, no momento, são as desonerações fiscais e todos os problemas que vimos até agora.

Essa é a prioridade máxima, no nosso entendimento, ou seja, que os trabalhadores e empresários reivindiquem conjuntamente a criação de um Fundo de Regime Geral da Previdência Social e do Conselho de Gestão Fiscal. O primeiro discutirá a Previdência do futuro. O segundo, a política fiscal de todo o estado brasileiro. Essa é uma revolução que podemos fazer juntos.

Sabemos, claro, que as mudanças demográficas exigem um acompanhamento cuidadoso e permanente do Sistema de Seguridade Social, verificando seus impactos e analisando eventuais mudanças para garantir o acesso dos trabalhadores aos seus direitos no futuro. Mas, antes de estabelecermos uma idade mínima, há muito o que se fazer para melhorar o sistema previdenciário.

Ricardo Patah é presidente nacional da União Geral dos Trabalhadores (UGT); Paulo Rossi é presidente da UGT, Seção Paraná.

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

Quadro Negro: delação premiada assusta Centro Cívico

09 AGO 2016

O trajeto de 25 quilômetros entre o Complexo Penal de Piraquara e a sede do Gaeco, em Curitiba, já foi cumprido algumas vezes nas últimas semanas pelo sr. Eduardo de Souza Lopes — claro que sob escolta policial. A informação, de fonte segura, é de que o dono da construtora Valor enfim sucumbiu às pressões familiares e decidiu fazer delação premiada. O Centro Cívico treme com o que ele, em longas sessões de depoimento, já pode ter revelado.

Para quem não se lembra: Eduardo é o dono da construtora Valor, aquela acusada de ter recebido cerca de R\$ 30 milhões para construir e reformar escolas estaduais sem ter concluído nenhuma das obras. É um dos principais protagonistas da Operação Quadro Negro, deflagrada no ano passado pelo Gaeco. Além dele, a mulher, o filho e funcionárias da empreiteira tornaram-se réus no processo em curso na 9.ª Vara Criminal de Curitiba.

A esposa cumpre prisão domiciliar por ser mãe de recém-nascido, mas o filho, Baruque, penou por algum tempo em cela vizinha à do pai. O regime fechado dele teria sido transformado há alguns dias em prisão domiciliar com uso obrigatório de tornozeleira eletrônica.

Segundo apurou o Gaeco, a construtora Valor contava com a benevolência do então diretor de Engenharia da Superintendência de Educação (Sude, órgão vinculado à secretaria da Educação), Maurício Jandoi Fainini, que atestava falsamente o andamento das obras e mandava liberar pagamentos indevidos, envolvendo até mesmo recursos transferidos pela União.

Eduardo Lopes vinha sendo assistido por um ad-

vogado que o desaconselhava a aderir à colaboração premiada, mas mudou de opinião após contratar os serviços de outro famoso escritório jurídico.

Informações vazadas por quem acompanha o caso de perto indicam que o réu está se mostrando muito disposto a auxiliar na identificação de vários figurões com gabinetes no Centro Cívico, com quem mantinha conversações telefônicas e trocava e-mails, visando a esmiuçar as relações deles com o esquema. CDs organizados pelo Gaeco guardam mais de 60 megabytes de escutas, mensagens telemáticas e digitalizações de documentos.

A denúncia do Ministério Público Estadual aceita pela Justiça envolve pessoas com foro privilegiado, dentre as quais o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ademar Traiano, assim como o próprio governador Beto Richa e seu irmão, o secretário Pepe Richa. Em razão disso, parte do processo foi desmembrada e passou a tramitar no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Aspectos que não tinham ficado tão claros quanto à participação e ao papel de cada um nas investigações da Quadro Negro devem ser esclarecidos a partir de agora se o Gaeco considerar úteis os termos da delação e a Justiça homologá-la. O material será útil também para as investigações do Ministério Público Federal e da Polícia Federal, interessadas também no caso em razão do suposto desvio de verbas alocadas pelo governo federal.

09 AGO 2016

GAZETA DO POVO

SOLIDARIEDADE

Artistas visitam Moro em Curitiba e prestam apoio à Lava Jato

● Uma comitiva de artistas veio até Curitiba ontem para prestar apoio ao juiz federal Sergio Moro, responsável pelos processos da Operação Lava Jato em primeira instância. O grupo – formado pelos atores Lucinha Lins, Victor Fasano, Luana Piovanni e Suzana Vieira e pelo cantor Raimundo Fagner – também manifestou apreço pela campanha “Dez Medidas Contra a Corrupção”, que pretende apertar o cerco à corrupção e ampliar a punição. Eles foram recebidos no gabinete do magistrado e levaram um pen-drive com mais de 50 assinaturas de outros artistas brasileiros. “Somos mais de 50 atores, apoiando as ‘Dez Medidas Contra a Corrupção’, apoiando a Operação Lava Jato e nos colocando à disposição para qualquer ação nesse sentido, que acabe com a corrupção e desmandos nesse país que todos amamos”, disse Fasano.

GAZETA DO POVO

Gilmar Mendes defende novas regras eleitorais pós-LavaJato

09 AGO 2016

● O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Mendes, defendeu ontem que seja feita uma reavaliação do funcionamento do sistema eleitoral após as revelações da Operação Lava Jato.

Citou, por exemplo, o uso das doações eleitorais como forma de pagamento de propina e lavagem de dinheiro, fato investigado na Lava Jato.

Gilmar Mendes, que também é ministro do STF, usou como exemplo o caso da campanha à reeleição da presidente Dilma Rousseff, que motivou uma representação enviada à corregedoria do TSE para avaliar se o PT deve ser extinto por causa das irregularidades encontradas.

“Quem pode concorrer com um partido que tem uma forma de arrancar recurso das estatais? As instituições que criam esse privilégio dão o aval para se perpetuar no poder indefinidamente. É por isso que a legislação prevê que se houve financiamento com recursos das estatais que haja a possibilidade de extinção”. Questionado outros partidos, o ministro afirmou que isso também pode ser avaliado caso surjam mais provas contra outras legendas, mas que o caso relativo ao PT é o mais avançado no tribunal.

Gilmar Mendes disse ainda que a limitação de um teto para os gastos das campanhas neste ano e o fim das doações de empresas “ensejam estímulos a burlar” as regras.